



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2011 – Educação

Junho de 2013



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Guillermo Javier Pedreira Etkin
Stefanie Eskereski Torres

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

RESULTADOS DA PNAD 2011 – EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No final de setembro de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011, incluindo a reponderação da série 2001 – 2009. A partir desta base de dados, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) passou a elaborar análises dos resultados da PNAD no formato de boletins temáticos. Os primeiros temas divulgados foram: trabalho infantil, rendimento da população e mercado de trabalho. Este número contempla o tema educação, considerando os últimos cinco anos da pesquisa, o período, portanto, de 2006 a 2011.

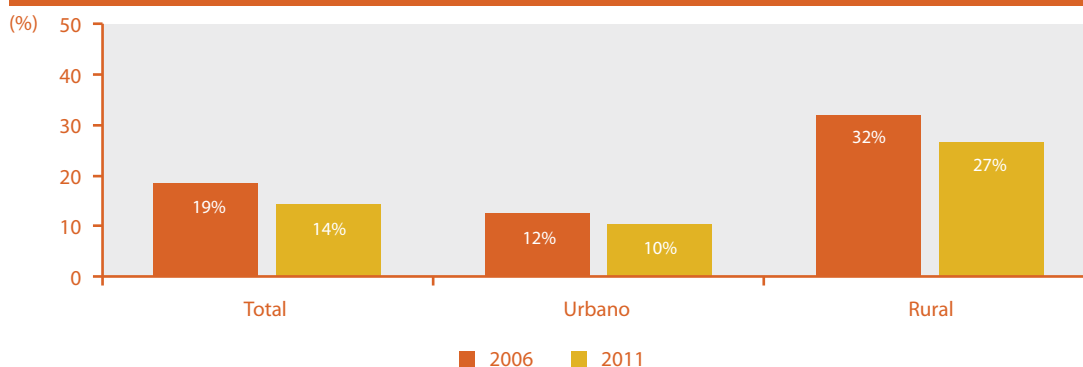
EDUCAÇÃO NA BAHIA NO PERÍODO 2006 A 2011

Entre 2006 e 2011, podem-se constatar avanços nos indicadores educacionais baianos. Tais avanços decorrem do efeito de dois processos simultâneos. Primeiro, de políticas específicas cujas condicionalidades implicam aumento da frequência escolar; segundo, da modificação da pirâmide etária, com redução absoluta de pessoas em idade escolar. Este é um movimento que leva à quase universalização do ensino básico, uma vez que a pressão da demanda no sistema escolar é mitigada e, conseqüentemente, induz à redução do analfabetismo entre os mais jovens.

A taxa de analfabetismo baiana, que mede a proporção da população de 15 anos ou mais que não sabe ler nem escrever, apresentou uma queda considerável entre os anos de 2006 e 2011. Como mostra o Gráfico 1, a população residente em zonas rurais apresentou taxa de analfabetismo bastante superior à população residente em zona urbana; neste sentido, aquela população apresentou uma queda mais acentuada do analfabetismo no período, de 32% para 27%. Entre a população urbana, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 12% para 10% entre 2006 e 2011. Isto significa que, na zona urbana, a diminuição de analfabetos nesse período foi de 24 mil pessoas, e, na zona rural, de 289 mil pessoas. De maneira geral, a Bahia teve uma queda na sua taxa de analfabetismo de cinco pontos percentuais, caindo de 19% para 14%. Apesar dos avanços, em 2011 aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, de 15 anos ou mais, não sabiam ler nem escrever no estado da Bahia.

Por volta de 80% da população analfabeta do estado está concentrada entre as pessoas de 40 anos ou mais, o que é justificado pela compreensão do analfabetismo como um passivo remanescente de um período em que a oferta educacional não acompanhava o crescimento da demanda. O Gráfico 2 mostra a queda da taxa de analfabetismo desta população de 34,2% para 25,5% entre os anos de 2006 e 2011, o que pode ser atribuído também a efeitos demográficos e a políticas específicas: no decorrer desses cinco anos, aqueles provenientes do grupo etário anterior entraram no grupo de 40 anos ou mais em proporção alfabetizada superior à do grupo, conseqüência da

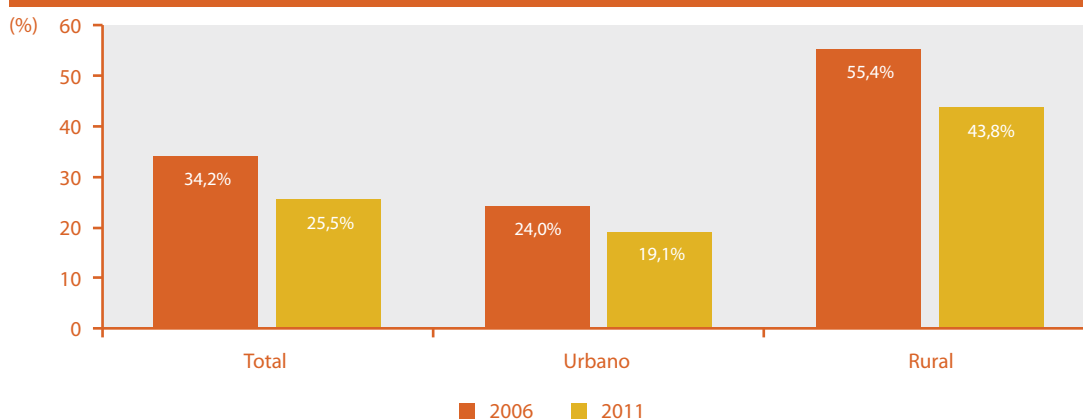
Gráfico 1
Taxa de analfabetismo total e por situação censitária – Bahia – 2006/2011



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

elevação da oferta educacional ao longo das décadas. Este fator, associado à mortalidade concentrada nas idades mais elevadas, nas quais o analfabetismo é maior, e às políticas de combate ao analfabetismo adulto, atuou sobremaneira na redução de pessoas com mais de 40 anos que não sabiam ler nem escrever, entre 2006 e 2011. No meio urbano, apesar de o número de analfabetos ter crescido em 29 mil para a população de 40 anos ou mais, o índice caiu de 24% para 19,1% no período, pois a expansão da população desta faixa etária ocorreu a partir de entrantes alfabetizados. É importante ressaltar que os analfabetos entrantes neste recorte, em sua maioria, migraram da zona rural baiana. Já no meio rural, a situação é mais grave, visto que mais da metade da população com idade igual ou acima de 40 anos era analfabeta em 2006 (55,4%), proporção que caiu para 43,8% em 2011, o que significa uma diminuição de 163 mil analfabetos nesse recorte no período analisado.

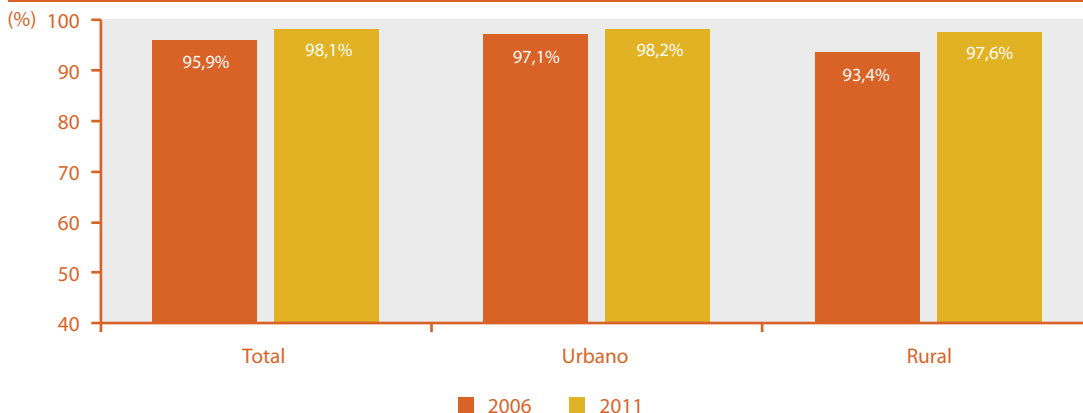
Gráfico 2
Taxa de analfabetismo da população com 40 anos ou mais, total e por situação censitária – Bahia 2006/2011



Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Entre a população jovem, de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização na Bahia estava próxima a 100% em 2011, sendo igual a 98,1%, um aumento de cerca de dois pontos percentuais em relação a 2006, quando a taxa era igual a 95,9%. Entre os jovens moradores da zona rural, o aumento foi ainda maior, já que passou de 93,4% para 97,6%. Uma vez que o crescimento da população nesta faixa etária não se deu de forma intensa entre os cinco anos, o que representaria maior entrada de pessoas alfabetizadas na faixa de 15 a 24 anos, pode-se afirmar que o programa estadual de combate ao analfabetismo obteve êxito entre os jovens das áreas rurais da Bahia. No meio urbano, visto que o índice de alfabetização já era elevado, o aumento foi de apenas um ponto percentual, saindo de 97,1% para 98,2% entre 2006 e 2011, restando, portanto, apenas 1,8% de analfabetos nessa faixa de idade.

Gráfico 3
Taxa de alfabetização dos jovens de 15 a 24 anos, total e por situação censitária – Bahia – 2006/2011



Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O Gráfico 3 mostra a frequência escolar bruta das crianças baianas, indicador que mensura a proporção de jovens em determinada faixa etária que frequenta a escola, sem considerar o grau de ensino em que estão matriculados. Observa-se, na Tabela 1, que as crianças de 4 a 6 anos na Bahia estão, cada vez mais, inseridas no sistema escolar, sendo que, entre 2006 e 2011, o percentual das que frequentavam a escola passou de 78% para 86,6%. É importante ressaltar que este avanço é mais acentuado no meio rural, tendo saltado de 68,2% para 80,4% de crianças atendidas no período.

O estado da Bahia está próximo da universalização do ensino para crianças de 7 a 14 anos, tendo o indicador de frequência escolar passado de 97,3% para 98,2% entre 2006 e 2011¹. Nesse período, o atendimento no meio rural ultrapassou o atendimento no meio urbano, consequência do estímulo governamental por matrículas escolares, principalmente entre as famílias mais pobres, cuja frequência à escola das crianças do domicílio é condicionalidade para participação em programa de transferência de renda. No meio rural passou-se de 97,3% de crianças atendidas para 98,8%, enquanto que, no meio urbano, 97,4% das crianças tinham acesso à escola em 2006, passando para 97,9% em 2011.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o acesso à escola no meio urbano atingiu 84,7%, ante 81,3% em 2006. Para o total do estado, a frequência chegou a 84,1% da população em 2011, enquanto em 2006 era 78,9%. No meio rural, 82,8% dos jovens nessa faixa etária frequentavam a escola em 2011, índice menor que o visto para o meio urbano, porém, mais uma vez, com o maior crescimento do período, visto que a frequência à escola foi igual a 75% da população em 2006.

Tabela 1
Frequência escolar bruta por situação censitária e faixa etária – Bahia – 2006/2011

Zona	Faixa etária (em anos)	Ano	
		2006	2011
Urbana	4 a 6	83,7%	89,3%
	7 a 14	97,4%	97,9%
	15 a 17	81,3%	84,7%
Rural	4 a 6	68,2%	80,4%
	7 a 14	97,3%	98,8%
	15 a 17	75,0%	82,8%
Total	4 a 6	78,0%	86,6%
	7 a 14	97,3%	98,2%
	15 a 17	78,9%	84,1%

Fonte: IBGE – PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

¹ O segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio diz respeito à universalização do ensino fundamental. A meta das Nações Unidas é de que, até 2015, todas as crianças estejam inseridas no sistema escolar. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram instituídos pelas Nações Unidas no ano 2000 e assinados por 194 países membros.

Ao analisar o acesso à escola considerando o grau de ensino frequentado (frequência escolar líquida, que compreende a proporção de crianças que frequentam a escola na série adequada à sua idade), observa-se que os percentuais de frequência líquida e de frequência bruta no estado para a faixa etária de 4 a 14 anos são muito parecidos, o que permite inferir que nesta faixa há baixa defasagem escolar (Tabela 2).

Na Bahia, para jovens de 7 a 14 anos, a frequência líquida teve um pequeno aumento, passando de 93,5% para 94,9% entre 2006 e 2011, sendo que, na zona rural, o aumento foi de 93,1% para 96%, revelando eficiência da política educacional no meio rural baiano.

Ao focar a análise na faixa etária de 15 a 17 anos, percebe-se uma grande diferença entre as frequências líquida e bruta, já que a segunda ultrapassa os 80% em 2011, porém, a primeira não chega a 40%. Apesar disso, o indicador evoluiu entre 2006 e 2011, tendo um aumento de 31,7% para 39,2%. No meio urbano, a frequência líquida dos jovens de 15 a 17 anos foi de 43,5% em 2011, ante 40,5% em 2006. Nas zonas rurais do estado, a evolução é ainda maior, passando de 17,7% para 29% no período. Apesar da evolução, o índice é muito baixo, o que indica que existem jovens estudando em séries não adequadas à idade. Isso é reflexo da realidade rural baiana, com os jovens entrando precocemente no mercado de trabalho, atrasando os estudos ou ausentando-se do sistema escolar.

Tabela 2
Frequência escolar líquida por situação censitária e faixa etária – Bahia – 2006 /2011

Zona	Faixa etária (em anos)	Ano	
		2006	2011
Urbana	4 a 6	83,7%	83,4%
	7 a 14	93,7%	94,4%
	15 a 17	40,5%	43,5%
Rural	4 a 6	68,2%	77,2%
	7 a 14	93,1%	96,0%
	15 a 17	17,7%	29,0%
Total	4 a 6	78,0%	81,5%
	7 a 14	93,5%	94,9%
	15 a 17	31,7%	39,2%

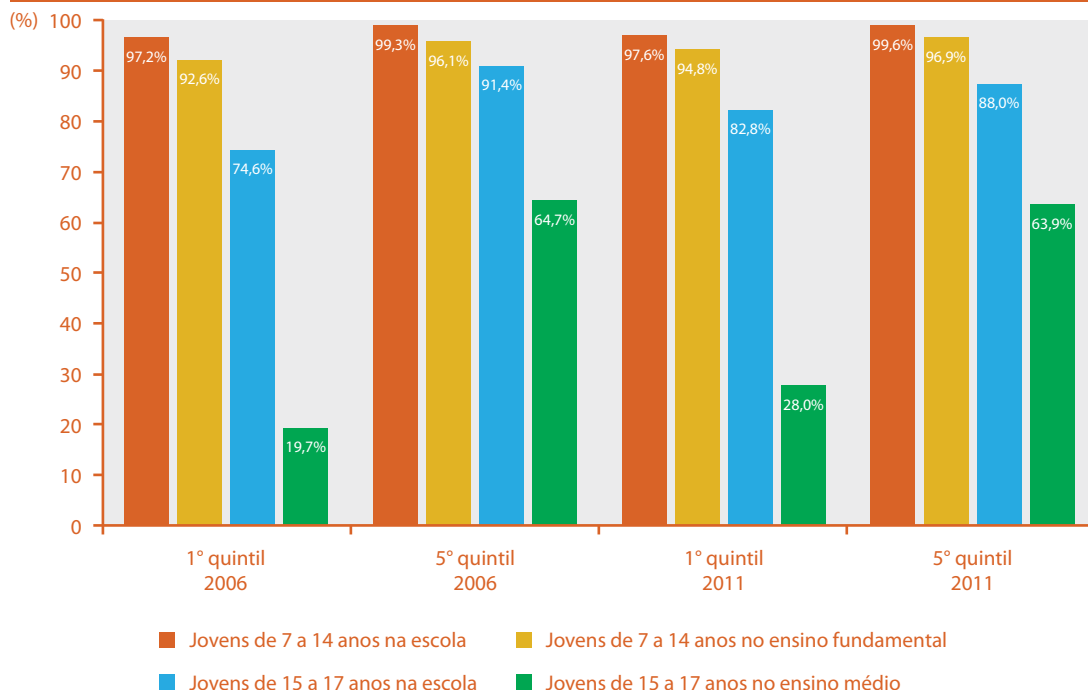
Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Quando se observam os mesmos indicadores, considerando a renda da família dos jovens, fica evidente a disparidade entre as classes sociais e como os números gerais camuflam o baixo desempenho no que se refere à frequência dos jovens ao sistema escolar, sobretudo dos mais pobres. Para os jovens de 7 a 14 anos, não há grandes disparidades, pois, como discutido anteriormente, a política de transferência de renda, através das condicionalidades para recebimento dos benefícios, mostrou uma grande eficiência no quesito educacional. Em 2011, para os jovens dessa faixa etária pertencentes ao grupo dos 20% mais ricos (5º quintil), 99,6% frequentavam a escola, enquanto no grupo dos 20% mais pobres (1º quintil) o índice era de 97,6% (Gráfico 4).

Observando-se os números de 2011, no que se refere à presença no sistema escolar, percebe-se uma diferença substancial entre os grupos mais e menos abastados: enquanto somente 28% dos jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao grupo dos 20% mais pobres frequentavam o ensino médio, no grupo de renda superior o indicador era de aproximadamente 64%. No entanto, o avanço é considerável, pois, em 2006, apenas 19,7% dos jovens de 15 a 17 anos, pertencentes aos 20% mais pobres, frequentavam o ensino médio. Quando não se considera o nível de ensino, verifica-se que, entre os jovens de 15 a 17 anos de idade pertencentes aos 20% mais pobres da população, o acesso à escola apresentou um importante salto, saindo de 74,6% em 2006 para 82,8% em 2011, evento que não aconteceu entre os jovens pertencentes ao extrato mais abastado da população baiana.

O acesso à escola, bem como a defasagem escolar inferida pela diferença entre o acesso à escola e o acesso ao nível de ensino correto à idade, apresentou avanços importantes,

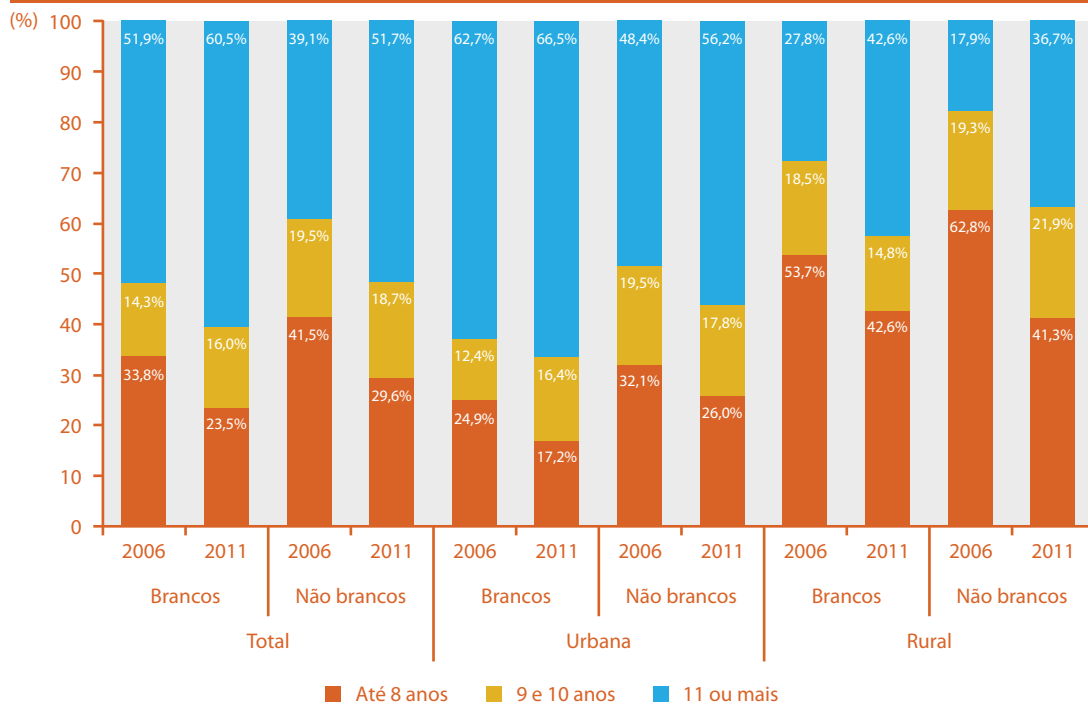
Gráfico 4
Frequência à escola por quintis de renda – Bahia – 2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

sobretudo para a faixa etária entre 15 e 17 anos pertencente ao grupo dos 20% mais pobres da população. Estes avanços contribuíram para a redução da desigualdade ao ofertar oportunidades de instrução menos díspares entre os grupos sociais.

Gráfico 5
Anos de escolaridade por raça – Bahia – 2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O Gráfico 5 mostra os anos de escolaridade por raça, entre os brancos e os não brancos (negros, pardos e indígenas), no período de 2006 a 2011. Na Bahia, tanto para os

brancos quanto para os não brancos, houve uma diminuição significativa da proporção de pessoas com até oito anos de estudo, refletindo no aumento da população com nove ou mais anos de estudo. Ainda assim, os não brancos apresentaram, em geral, menos anos de estudo que os brancos, com diferenças em torno de dez pontos percentuais entre aqueles com 11 anos ou mais de estudo. Entre a população urbana, esta diferença foi ainda mais acentuada em 2006, em que 62,7% da população branca tinha mais de 11 anos de estudo, enquanto entre os não brancos esta proporção era de 48,4%. De modo geral, a escolaridade do baiano tem aumentado ao longo do tempo, pois a diferença entre a demanda e a oferta no sistema educacional tem sido cada vez menor, deslocando o problema da educação para a questão da qualidade da oferta.

